

Universidade Federal de Uberlândia
Faculdade de Medicina - FAMED UFU

Kelly Gabriela Machado

**AFETOS QUE SURGEM NOS DISCURSOS DE MULHERES VÍTIMAS DE
VIOLÊNCIA SEXUAL: UMA CARTOGRAFIA**

Uberlândia
2023

Kelly Gabriela Machado

**AFETOS QUE SURGEM NOS DISCURSOS DE MULHERES VÍTIMAS DE
VIOLÊNCIA SEXUAL: UMA CARTOGRAFIA**

Trabalho de conclusão de residência apresentado a Universidade Federal de Uberlândia, como parte das exigências para a conclusão da Residência Multiprofissional em Atenção ao Paciente em Estado Crítico.

Orientadora: Ma. Luzia Silva dos Santos

Uberlândia
2023

AFETOS QUE SURGEM NOS DISCURSOS DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL: UMA CARTOGRAFIA

Quais afetos surgem nos discursos de pessoas vítimas de violência sexual? A pergunta que direciona a presente pesquisa surge após atendimentos a mulheres vítimas de violência sexual nos contextos de urgência e emergência e de assistência ambulatorial do Hospital de Clínicas da UFU. Objetiva-se responder tal questão, compreendendo questões macropolíticas/sociais e, também, aspectos intrapsíquicos envolvidos no processo de elaboração da violência sofrida. Como metodologia, utilizou-se uma cartografia partindo da experiência na assistência em saúde para as vítimas de violência sexual. Identificou-se, nos atendimentos, as repetições principalmente do sentimento de culpa, medo, solidão, silenciamento, em um funcionamento em que os afetos se conectam uns aos outros, de certa maneira, se retroalimentando. O sentimento de culpa que leva ao silenciamento, que leva ao sentimento de solidão, que leva ao desamparo, que se somando, caracterizam o trauma.

Palavras-chave: violência sexual; violência de gênero; silenciamento, culpa; saúde da mulher

AFFECTIONS THAT ARISE IN THE DISCOURSES OF WOMEN VICTIMS OF SEXUAL VIOLENCE: A CARTOGRAPHY

What affections arise in the discourses of people victims of sexual violence? The question that directs this research arises after care to victims of sexual violence in the contexts of urgency and emergency and in the outpatient assistance of the Hospital de Clínicas da UFU. The objective is to answer this question, comprising macropolitical/social questions and also, intrapsychic aspects involved. As a methodology, a cartography was used based on experience as a psychologist of the health service. In the visits, the repetitions were mainly the feeling of guilt, fear, loneliness, silence, in a functioning in which the affections connect to each other, in a way, influencing each other. The feeling of guilt that leads to silence, which leads to the feeling of loneliness, which leads to helplessness, which add up, characterize trauma.

Keywords: sexual violence; gender violence; silencing, guilt; women's health

AFETOS QUE SURGEM NOS DISCURSOS DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL: UMA CARTOGRAFIA

Quais afetos surgem nos discursos de pessoas vítimas de violência sexual? A pergunta de pesquisa que direciona este trabalho surge após o contato com mulheres e adolescentes vítimas de violência sexual em dois serviços de saúde pública: o Pronto Socorro Ginecológico do HC-UFU e no ambulatório do mesmo hospital em que se presta atendimento em saúde para vítimas de violência sexual.

Após discussões e supervisões relacionadas aos atendimentos, despertamos o olhar para as repetições que apareciam nos discursos das pacientes, mesmo que, em contextos singulares. Assim, surgiu a necessidade da investigação acerca dos afetos que se repetem nas falas de mulheres em situação de violência sexual, pensando suas correlações e funcionamentos dentro do processo de elaboração do ato sofrido.

Partindo de dados concretos, no Brasil, 88,5% das pessoas vítimas de violência sexual são do sexo feminino. Deste número, 50,7%% são crianças, 19,4% são adolescentes e 29,9% são adultas (os) (CERQUEIRA ET, AL, 2014). Outra pesquisa revela que 14,6% dos adolescentes (1 a cada 7) já sofreram alguma violência sexual, abrangendo desde assédio a estupro. As bases de dados partem da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PENSE) 2009/2019 divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Tais dados revelam que os abusadores predominantemente são homens, sendo as mulheres autoras da violência em apenas 1,8% dos casos.

A partir de tal realidade, entendemos que a violência sexual é um grande problema da saúde pública brasileira, demandando o aprofundamento dos estudos nessa temática, para que, possamos refletir sobre a necessidade de uma melhor capacitação da equipe e também, a possibilidades de intervenções assertivas e acolhedoras dentro de tal contexto.

Para pensar o fenômeno da violência sexual, se faz necessário considerar todo um contexto histórico/ cultural que envolve as relações e configurações a partir dos papéis sociais na sociedade. Sendo o gênero, um determinante social (VALESKA APUD PATEL, 2005), conforme também pudemos perceber nos dados estatísticos citados anteriormente, se faz necessário considerá-lo ao pensar a saúde em sua integralidade, visto o impacto do mesmo nas vivências de mulheres e conseqüentemente em casos como os do nosso objeto de estudo, o da violência sexual.

Para que possamos compreender os atravessamentos culturais/sociais, é importante a compreensão que tais relações são atravessadas pelo poder. Que segundo Foucault, deve ser entendido como algo que circula e é constituinte: (...) *efetivamente, aquilo que faz com que um corpo, gestos, discursos e desejos sejam identificados e constituídos enquanto indivíduos é um dos primeiros efeitos de poder. Ou seja, o indivíduo não é o outro do poder: é um de seus primeiros efeitos* (FOUCAULT, 1981, P. 183-184). Assim, partindo do entendimento que a noção de gênero também abrange relações de poder, compreendemos que a imagem do feminino fora construída a partir de noções relacionadas a fragilidade, sedução, submissão e doçura, tendo tidas como antinaturais todas aquelas que rompem com tal expectativa social (VALESKA APUD ENGEL, 2004).

Para além dos aspectos macropolíticos, é necessário considerar a singularidade do indivíduo, visto que as reverberações das vivências traumáticas na estruturação psíquica perpassam a subjetividade. Nesse sentido, apesar dos aspectos que se repetem no campo do social, a experiência individual, advinda pela percepção e aspectos internos do sujeito, influenciam na experiência da violência/ trauma (FULGENCIO, 2004). Assim, a experiência de uma violação também perpassa aspectos da singularidade, abrangendo o repertório e recursos de cada sujeito.

Adentrando o objeto central desse trabalho, a violência sexual, segundo a OMS, pode ser definida como *“todo ato sexual, tentativa de consumir um ato sexual ou insinuações sexuais indesejadas; ou ações para comercializar ou usar de qualquer outro modo à sexualidade de uma pessoa por meio da coerção por outra pessoa, independentemente da relação desta com a vítima, em qualquer âmbito, incluindo o lar e o local de trabalho”*. A violência sexual, é sobretudo, uma marca no corpo e no

psiquismo, visto que, o abuso incide no movimento psíquico. Tendo como reverberações sentimentos como de solidão e confusão (SILVIA E TEIXEIRA, 2017).

Assim, objetivamos neste trabalho, identificar quais os principais afetos que surgem nos discursos de pessoas em situação de violência sexual, compreendendo aspectos macropolíticos/sociais implicados nessas repetições, assim como os aspectos intrapsíquicos envolvidos. Para tanto, buscamos refletir sobre a violência sexual por uma contextualização social e subjetiva.

Para tanto, a metodologia escolhida para percorrer a temática foi o relato de experiência, de natureza qualitativa, sendo o relato, uma narração acerca de fenômenos vivenciados, e consideremos aqui, experienciados. O relato de experiência é uma produção que busca descrever dada vivência com o objetivo de contribuir para sua área de atuação visando possibilitar discussões, a troca e a proposição de ideias para o avanço e aperfeiçoamento no cuidado na saúde (UFJF, 2020). A bússola ética orientadora do processo foi o método cartográfico, visto que, a pesquisa foi realizada concomitantemente ao fazer clínico no ambulatório, conseqüentemente a escuta e intervenções clínicas foram afinadas pelo desenvolvimento do repertório dentro da temática, assim pesquisa e intervenções caminham juntos nesse processo.

Para Kastrup (2009), no método cartográfico se discute a inseparabilidade entre, em palavras da autora, *“conhecer e fazer, entre pesquisar e intervir: toda pesquisa é intervenção”*, e nesse sentido, a intervenção é um mergulho na experiência entre sujeito e objeto. E sendo mulher, como não mergulhar na vivência? Assim, a escolha pelo relato de experiência conecta também com reverberações e afetos que atravessam o corpo de quem vos escreve.

Trauma - o rompimento do limite que nos envolve

Trauma vem do grego “ferida”, derivado do grego *traumatós* “furar. Já o conceito de traumatismo estaria ligado aos atravessamentos que surgem no organismo/organização do sujeito que foi impactado pela violência. A psicanálise retoma esse termo, trazendo

para o plano psíquico significados atrelados a de um choque violento, a de uma efração e a de consequências sobre o conjunto da organização”. (FULGENCIO, 2004)

Entendendo a violência sexual como um trauma, voltemos a Winnicott (2021) que entende o trauma como uma ruptura no processo de continuidade da existência do sujeito, ou seja, uma quebra na linha da vida. Na assistência prestada, notamos o quão a experiência traumática reverbera no funcionamento da pessoa em distintos lugares: na rotina, no trabalho, na escola, nas relações afetivas e familiares. Muitas vezes, a dificuldade de falar, de descrever a cena, aponta o caráter inominável do trauma. Muito frequentemente, mulheres vítimas da violência partilham o desejo de esquecer o ocorrido e retornarem para a vida que tinham antes.

Já Freud, observou em sua clínica, principalmente com a histeria, que seus pacientes tinham como demanda sofrimentos emocionais originalizados em eventos reais ou fantasiosos ocorridos no passado, em muitos casos, com conteúdo sexual (FULGENCIO, 2004), assim, acontecimentos traumáticos impactavam na realidade psíquica dos pacientes. Em palavras do autor:

Pode-se mesmo dizer que o termo "traumático" não tem outro sentido que econômico. Chamamos assim a uma experiência vivida que leva à vida da alma, num curto espaço de tempo, um acréscimo de estímulos tão grande que sua liquidação ou elaboração, pelos meios normais e habituais, fracassa, o que não pode deixar de acarretar perturbações duradouras no funcionamento energético. (FULGENCIO APUD FREUD, 1916-17, P. 275).

Ou seja, fala-se de uma vivência abrupta, intensa, em que o sujeito apresenta dificuldades para elaborá-la, levando assim a conflitos internos, e um imenso gasto de energia psíquica. O silenciamento tem um alto preço ao sujeito e o passado continua a fazer efeito no presente como uma ferida não tratada e não cicatrizada.

Mazen (2016) comenta que as condições caracterizantes de um trauma abrangem a paralisação, o estupor diante um impacto violento. Ele ainda comenta que no trauma, o sujeito é atingido pela intensidade do ato violento e, ainda, pelo estado de fragilidade em que se situa. Em palavras dele “*A intensidade do golpe rompe por assim dizer a "casca" que nos envolve (a pele, no caso físico, ou o que Freud chamava de "para-excitações", no psiquismo) e introduz de chofre uma grande quantidade de excitação no interior do*

sujeito. Assim, esse afluxo abrupto abala o funcionamento subjetivo, reverberando na forma como o sujeito se coloca diante da situação. Um exemplo prático disso, que vemos com muita frequência na assistência, é a paralização diante a violência. Observa-se tal paralização diante o ato, e em alguns casos, a posteriori, na busca de ajuda. Diante a intensidade da violência, muitas mulheres não conseguem reagir. E esse comportamento, muito frequentemente gera culpa,

Já Ferenczi, aponta o fator relacional do trauma. Para ele, este depende da falha na relação sujeito com outro, ou seja, resulta de uma ação do outro sobre aquele que é traumatizado. O autor aprofundou seus estudos sobre o trauma após ter sido convocado para trabalhar em um hospital militar na Hungria, na onde teve acesso a sujeitos atravessados pelas vivências ocorridas na guerra. Para ele, o trauma é entendido como um quantum de uma excitação excessiva para o funcionamento psíquico, provocado, pela dificuldade do esvaziamento, marcas no psiquismo. Assim, muitas vezes, apesar de desejarem o esquecimento, as vítimas não conseguem.

Um outro conceito importante discutido por Ferenczi é o mecanismo denominado “traumatofilia inconsciente”, em que é apontada a tendência de que o sujeito traumatizado se exponha a situações similares à cena do trauma para que possa dominá-la (LEJARRAGA apud FERENCZI, 2008). Por outro lado, o autor também perpassa a possibilidade de angústia e medo relacionada a repetição traumática. Na qual, mesmo sem uma representação no psiquismo, há o armazenamento da situação traumática vivenciada no corpo, como uma lembrança traumática presente no corpo, mesmo que silenciada pelo sujeito.

Um exemplo prático disso, que surge com frequência na clínica, ocorre quando uma paciente que tenha sofrido alguma violência na infância ou adolescência, acaba se vinculando com algum homem que reproduz violências (mesmo que mais sutis). Em um movimento onde a percepção de amor e violência se misturam, fazendo com que a vítima se sujeite a relações abusivas por ter o conceito de amor atravessado pelas vivências traumáticas.

A cultura da culpabilização da mulher e o lugar passivo da vítima

A culpa foi um dos afetos que se repetiu com frequência em diversos discursos, em distintos contextos, com funcionamentos que perpassam desde o movimento paralisante a um fator disparador de processos adaptativos. Para pensar o afeto da culpa, aprofundaremos na discussão considerando aspectos da ordem sociais e culturais, mas também, pela perspectiva psicológica.

Ao longo da história, os mitos gregos, a narrativa mítica do Gênesis (primeiro livro da escritura que se refere a criação do mundo), sustentam, na ordem do simbólico, o estabelecimento de estruturas misóginas que colocam a mulher em um lugar de inferioridade e subordinação ao masculino. Ao pensar na construção do feminino na cultura cristã, voltemos a Gênesis, como importante estabelecedor de valores da cultura judaico-cristã; sendo um mito e enquanto tal realiza a função de direcionar normas de convivência na civilização, instituindo referências que atravessam a constituição da identidade individual e coletiva (MARTINS, 2008).

Assim, no contexto de um dos mitos mais percussores e tradicionais da história, a primeira mulher que existiu foi seduzida pelo diabo, sendo levada a desobedecer a ordens divinas, comendo o fruto proibido. Além disso, induziu Adão - o mais puro dos homens - ao fazer o mesmo, sendo assim, cúmplice do mal. Tal comportamento leva a humanidade à perda do paraíso e condenação ao sofrimento (MARTINS, 2008).

Assim, a partir dos aspectos históricos da cultura e da civilização. Pandora grega, Eva judaico-cristã, foram mulheres que introduziram o sofrimento ao mundo: “*A mulher que me deste como companheira me ofereceu o fruto proibido e eu comi*” (BÍBLIA, 2002, p. 21) e assim, o enredo se repete: uma mulher nos introduz as maiores tragédias da existência. Consideradas pecadoras, traíram a confiança de homens e amaldiçoaram a existência humana. Pandora abriu sua caixa e libertou todos os males do mundo, Eva comeu o fruto vermelho e findou o paraíso. Não podemos deixar de citar Medusa, que foi amaldiçoada por ter sido violentada e a violência foi justificada e ela culpabilizada pela sua beleza. Nesse último mito, a narrativa se associa ao imaginário que ainda hoje se repete em alguns discursos de que a mulher assume o risco por meio da roupa que usa, comportamentos e insinuações e o homem, seduzido quase que passivamente, tem seus instintos provocados, justificando assim os ataques cometidos (MELO e RIBEIRO, 2021). Reflete-se:

Por que nos funerais as mulheres vão sempre à frente do morto?
Respondeu: Porque trouxeram a morte ao mundo, elas precedem o féretro... Por_que foi dado à mulher o preceito relativo à menstruação? Respondeu: Porque verteu o sangue de Adão... Por_que lhe foi dado o preceito do lume no Sábado? Porque apagou a alma de Adão. (SICUTERI, 1985; p. 35-36)

Desde então a culpa feminina está presente no nosso imaginário. Uma vez que o deus que pune e controla parece não estar presente apenas nos mitos, mas sim em cada indivíduo, incluindo as próprias mulheres em situação de violência que parecem repetir o movimento da autculpabilização. Se a culpa cristã atravessa corpos no processo civilizatório, esse movimento é ainda mais intenso quando pensamos no corpo da mulher.

A culpabilização como movimento de controle dos corpos se faz presente nas instituições que habitamos desde crianças: escolas, igrejas, família e qualquer outro estabelecimento social. Assim, por meio da moral colocada, internalizamos um Deus julgador que aponta e culpabiliza as mulheres como forma de manutenção de poder: “*A culpabilização é na essência um ato de poder!*” (L. JARSSCHE, 1994), sendo um dos mecanismos de controle que funcionam na tentativa de imposição do nosso modo de existir no mundo.

Entretanto, aprofundando e compreendendo aspectos outros, buscamos em Zerh a compreensão do processo de autculpabilização como o início de um funcionamento adaptativo e gerador de mudanças. Uma vez que o ato violento atravessa a percepção de ordem e significado, após a vivência traumática a vítima tende a questionar os porquês atrelados ao fenômeno vivenciado, assim, o processo de culpabilização busca dar respostas ao injustificável, em uma tentativa de restabelecimento da ordem e sentido (ZERH, 2008). O crime, em nosso recorte, o estupro, extermina a autonomia, influenciando na autoimagem do indivíduo livre, autônomo e comprometendo também, a relação com o outro. E estar completamente entregue ao outro, tendo a autonomia e vontade desrespeitadas e invadidas, diz de um sofrimento insuportável, o que parece influenciar no movimento de autculpabilização.

Importante ressaltar que a vítima nunca é culpada pela violência em que foi submetida. Qualquer ato violento que avassala a integridade física, moral, psicológica ou

material de um sujeito, é de responsabilidade de quem a cometeu: o agressor. Devendo assim, ser devidamente responsabilizado pelo ato cometido.

Assim, dialogando com o autor, sem perder de vista o significado jurídico de culpa, buscando nomear tal fenômeno de forma mais assertiva, defendemos a importância da diferenciação entre a culpa e a responsabilidade ou implicação subjetiva. Ou seja, o movimento de culpa tenta estabelecer uma causa, mas paralisa e estagna o sujeito em uma posição de impotência. Por outro lado, a responsabilização produz mudanças, reflexões sobre a autonomia e as possibilidades de uma pessoa vítima de violência frente ao que fizeram com ela. Assim, implicar-se diz sobre a não paralisação diante a condição daquela que atribui a outro a responsabilidade por aquilo que a faz sofrer.

O silêncio, a solidão e o medo do desamparo

Das pessoas vítimas de violência sexual, principalmente aquelas que falam de um lugar marcado pela violência crônica, chama atenção o movimento de silenciamento presente em suas histórias. Muitas vezes, meninas e mulheres contam ter carregado sozinhas o peso da violência e do trauma vivenciado.

Não por acaso, o movimento Me Too, trouxe à tona diversas denúncias de assédio no ambiente de trabalho, principalmente na indústria do entretenimento, que, a priori, não haviam sido relatadas. O movimento surgiu nos Estados Unidos, porém teve repercussão mundial. O movimento que teve início em 2006, tomando dimensões maiores em 2017, por meio de denúncias contra Harvey Weinstein, apontaram uma estrutura que silenciava as pessoas vítimas de assédio no contexto hollywoodiano. Entretanto, a proporção de tal movimento extrapolou os casos do cenário da indústria, fazendo com que mulheres e homens de todo o mundo compartilhassem vivências relacionadas a assédio e violência sexual pela tag #MeToo (ROCHA, 2022).

Tal movimento aponta números alarmantes de casos de violência, dando corpo a fantasmas até então invisíveis por meio do silenciamento. Podemos refletir que os motivos do movimento do silenciamento dialogam com afetos mencionados no trabalho e com posturas adotadas por muitas mulheres atendidas no NUAVIDAS que optaram em diversos momentos, pelo silenciamento frente a violência sofrida.

Em estudos realizados com crianças que sofreram violência sexual e não compartilharam a violência sofrida, sugere-se que o que é dito e não dito, passa pela percepção/imaginação da criança diante as possíveis reações dos adultos. Assim, o medo da rejeição, o receio de que o adulto não acredite na violência, o temor da desordem na dinâmica familiar, são fatores que se influenciam no movimento de não revelação da violência. (AZEVEDO, 2001; CRISMA, BASCELLI, PACI, & ROMITO, 2004). Na assistência prestada a mulheres em situação de violência sexual, comumente eram atrelados os mesmos receios. Muitas pacientes compartilhavam também, a fantasia ou ideia de que revelar a violência, significaria também, romper a ordem e a harmonia familiar. Assim, muitas sustentavam sozinhas o sofrimento e angústia diante a violência, com medo das reverberações que o trazer o ocorrido à tona implicaria.

Percebemos que embora o silenciamento seja um mecanismo de defesa, um funcionamento diante a violência, ele inviabiliza o tratamento e a responsabilização do agressor.

Considerações finais

Partindo do entendimento popular de que a violência é uma ruptura da integridade da vítima, seja ela física, psíquica, sexual ou moral (SAFFIOTI, 2015), entendemos a violência como uma violação do ser, um rompimento do que se é, uma invasão no campo privado. O crime violento afeta duas ideias essenciais do ser humano: o entendimento do mundo como um lugar organizado e constituído por significados e a possibilidade de autonomia pessoal (ZEHR, 2008). Deste modo, o crime (ou a violência) é, sobretudo, um rompimento com a ordem idealizada por nós.

O processo de subjetivação abrange as definições normativas, considerando a influência da cultura (repleta de padrões) no contexto sócio-histórico em que o sujeito está inserido. Entretanto, é importante considerar que a congruência ao que é esperado/normativo não define a normalidade ou anormalidade, nem o caráter patológico. A cultura interfere no processo de constituição do sujeito, afetando a forma em que ele se relaciona com outros indivíduos e com a sociedade. Nesse sentido, a definição do que é dado como patológico, perpassa a identificação de incongruências das exigências culturais e dos recursos estabelecidos pela cultura para a execução dessas exigências.

Essa concepção ilumina o percurso a ser trilhado: trata-se de examinar essa assimetria, pois o que se verifica é o quanto as atuais políticas públicas, em sua tentativa de dar autonomia à mulher, a partir de medidas jurídicas específicas, acabam justamente por confiná-la novamente a um lugar de ser fraca, vulnerável, frágil e vitimizada. (CERRUTI E ROSA, 2008)

No decorrer da experiência, nas supervisões e nas escritas e discussões sobre a produção textual, nos chama atenção como os afetos se conectam uns aos outros, de certa maneira, se retroalimentando. O sentimento de culpa que leva ao silenciamento, que leva ao sentimento de solidão, que leva ao desamparo, que se somando, caracterizando o trauma.

Assim, comumente as vítimas de violência que tiveram dificuldades em relatar e escolheram não partilhar, a priori, o trauma vivenciado, relatam medos de julgamentos e questionamentos de outras pessoas. De fato, questionar e invalidar a violência vivenciada são um funcionamento frequente em nossa sociedade: “qual roupa ela usava?”, “precisava beber tanto?”, “mas andando sozinha na rua nesse horário, queria o que?” São frases que são, de fato, reproduzidas em discursos acerca de quadros de violência. Assim, o medo de lidar com tais questionamentos, somando-se ao processo inerente de auto culpabilização, são fatores que influenciam na manutenção do silêncio, levando assim, as pessoas em situação de violência a um lugar solitário e de desamparo.

Nesse sentido, um objetivo importante no contexto terapêutico, é a diferenciação do lugar da vítima no contexto jurídico da violência com o lugar do sujeito no contexto do tratamento em saúde. Visto que, pelo caráter traumático, a entrega absoluta do poder ao outro, em um processo da manutenção da passividade, fragilidade, pode ser prejudicial em termos de responsabilização e tratamento; isso porque a existência, a segurança e a continuidade passam a ser responsabilidade do outro, sendo ele responsável pelo mal ou bem-estar (CERRUTI E ROSA, 2008) . Assim sendo, implicar-se no processo, buscando o se proteger, e/ou a busca por ajuda e justiça, pode trazer benefícios no processo de elaboração do trauma vivenciado, a mínima preservação da autonomia e cuidado de si.

Diante do exposto nesse trabalho, apontamos a importância e a necessidade de discussões sobre a temática, tanto no contexto da assistência, para a ampliação de

repertório das (os) profissionais envolvidas (os). Tanto no incentivo de que as pessoas em situação de violência busquem assistência biopsicossocial no tratamento em saúde assim como proteção e prevenção via responsabilização dos agressores. Pois entendemos que o silenciamento acarreta a intensificação do sofrimento, em contrapartida a oferta de assistência capacitada técnico/ eticamente pode contribuir na elaboração do trauma. Assim, é importante que as meninas e mulheres tenham espaços acolhedores para que se sintam seguras para falar sobre tais situações de violências.

Além disso, trazer à tona a violência traz outros ganhos importantes. O primeiro deles é o combate à impunidade do agressor. Ao denunciar, espera-se que o violentador seja responsabilizado juridicamente e que, o risco de que outras mulheres sejam violentadas por ele, diminua. Outro ganho é o tratamento em saúde do social, visto que, como apontado no trabalho, o ciclo da violência é também um sintoma social. A ampliação de discussões sobre a temática estimula o debate público e processos reflexivos acerca da violência.

Para tanto, incentivamos a criação de recursos como capacitações, grupos reflexivos, produção científica sobre a temática, para que, cada vez mais profissionais tenham uma escuta sensível e um repertório que amplie a assertividade de intervenções diante de tais afetos culminando em um tratamento mais qualificado e efetivo. Além disso, faz-se importante, a ampliação de instrumentos de reflexão para a comunidade em geral, pensando na educação como recurso de prevenção desconstrução de padrões de violências contra a mulher.

Referências:

AZEVEDO, Elaine Christovam de. Atendimento psicanalítico a crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 21, p. 66-77, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/zN57XFHxwPLnjZXYwqSCLJN/?lang=pt&format=html>. Acesso em 05 fev. 2023.

BRANDÃO, Eduardo Ponte (Ed.). **Psicanálise e Direito: subversões do sujeito no campo jurídico**. Nau Editora, 2020. Disponível em:

<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=1C3LDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT2&dq=Psican%C3%A1lise+e+Direito:+subvers%C3%B5es+do+sujeito+no+campo+jur%C3%ADdico.&ots=VInS6fJTH9&sig=sKmxktTqt-CiAo08c-sIwBoYF0Q>. Acesso em 01 fev. 2023;

CAMARGO, Karina Acosta et al. Abuso sexual infantil-uma cartografia: silenciamento, testemunho, ressentimento, esquecimento. 2016. Disponível em:

<https://repositorio.pucsp.br/handle/handle/18910>. Acesso em 15 jan. 2023.

CERQUEIRA, Daniel Ricardo de Castro; COELHO, Danilo Santa Cruz. Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde (versão preliminar). 2014.

Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5780>. Acesso em: 07 fev. 2023.

DE MELO, Ailton Dias; RIBEIRO, Paula Regina Costa. Divinas, insurgentes e pecadoras: a culpa mítica da mulher. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 16, p. 240-263, 2021. Disponível em:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/35908>. Acesso em 07 fev. 2023.

FERREIRA, Vivianne Tavares; FERREIRA, Bruna Milene. O Abuso Sexual Infantil E Seus Possíveis Reflexos No Desenvolvimento Da Aprendizagem. **Educação E Cultura Em Debate**, v. 8, n. 1, p. 39-67, 2022. Disponível em:

<http://revistas.unifan.edu.br/index.php/RevistaISE/article/view/823> . Acesso em 07 fev, 2023.

LEJARRAGA, Ana Lila. Clínica do trauma em Ferenczi e Winnicott. **Natureza humana**, v. 10, n. 2, p. 115-147, 2008. Disponível em:

https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=C1%C3%ADnica+do+trauma+em+Ferenczi+e+Winnicott&btnG=. Acesso 07 fev. 2023

FERENCZI, S.. Diário Clínico. São Paulo: Martins Fontes, 1990, 1932.

FULGENCIO, Leopoldo. A noção de trauma em Freud e Winnicott. **Natureza humana**, v. 6, n. 2, p. 255-270, 2004. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-24302004000200003. Acesso em 07 fev 2023.

MARTINS, Nereida Soares. A maldição das filhas de Eva: uma história de culpa e repressão ao feminino na cultura judaico-cristã. **ANPUHPB. XIII Anais**, 2008.

Disponível em: http://www.anpuhpb.org/anais_xiii_eeph/textos/ST%2008%20-%20Nereida%20Soares%20Martins%20da%20Silva%20TC.PDF. Acesso em 07 fev 2023.

MALGARIM, Bibiana Godoi; DA CRUZ BENETTI, Silvia Pereira. O abuso sexual no contexto psicanalítico: das fantasias edípicas do incesto ao traumatismo. **Aletheia**,

n. 33, 2010. Disponível em:

<http://posgrad.ulbra.br/periodicos/index.php/aletheia/article/view/3495>. Acesso 07 fev. 2023.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; TEDESCO, Silvia. **Pistas do método da cartografia: Pistas do método da cartografia: a experiência da pesquisa eo plano comum**. Editora Sulina, 2014..

SANT'ANNA, Paulo Afrânio; BAIMA, Ana Paula da Silva. Indicadores clínicos em psicoterapia com mulheres vítimas de abuso sexual. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 28, p. 728-741, 2008. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pcp/a/gVScd8HJ9mz7F67BhLqT8vR/abstract/?lang=pt>.

Acesso 07 fev. 2023.

SILVA, R. A., & TEIXEIRA, L. C. (2017). Adolescência Eo Traumático: Sobre Abuso Sexual E As Vicissitudes Do Sujeito. **Revista Subjetividades**, 17(3), 92-103.

ZEHR, Howard. Trocando as lentes: um novo foco sobre o crime e a justiça. **São Paulo: Palas Athena**, p. 167-202, 2008.

MEZAN, R. (2006). O espelho embaçado. *Jornal Folha de S. Paulo*, **Caderno Cotidiano**, São Paulo.